# BRASIL PELA IGUALDADE RACIAL

## 2023- 2025

MINISTÉRIO DA
**IGUALDADE RACIAL**

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
Luiz Inácio Lula da Silva

**VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**
Geraldo Alckmin

**Ministra da Igualdade Racial**
Anielle Franco

**Secretária-executiva (SE)**
Rachel Barros

**Secretário de Políticas de Ações Afirmativas Combate e Superação do Racismo (SEPAR)**
Tiago Santana

**Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT)**
Ronaldo dos Santos

**Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR)**
Clédisson dos Santos

**FICHA TÉCNICA DO RELATÓRIO**

**COORDENAÇÃO E REDAÇÃO**

Juliana Romão
Andressa Almeida

**REVISÃO E APOIO TÉCNICO**

Helen Martins
Thayane Alves
Thaise Torres

**PROJETO GRÁFICO**

Tábata Matheus
Mateus Carvalho

# SUMÁRIO


| | |
|---|---|
| Brasil pela igualdade racial | 9 |
| Avanços | 11 |
| Terra para povos quilombolas | 12 |
| Agenda Ambiental | 14 |
| Povos de terreiro e de matriz africana | 16 |
| Povos ciganos | 18 |
| Ações afirmativas | 20 |
| Educação para transformar | 24 |
| Juventude Negra Viva | 30 |
| Sistema Nacional De Promoção Da Igualdade Racial | 32 |
| Participação social | 36 |
| A luta contínua | 39 |




# BRASIL PELA IGUALDADE RACIAL

Três anos de gestão do primeiro **Ministério da Igualdade Racial** do Brasil.

- Maior número de **decretos para titulação de terras quilombolas da história do país: 60**

- **Projeção histórica das políticas de Ações Afirmativas** como medida de inclusão e reparação:

  - Renovação da Lei de Cotas nas Universidades;
  - Aprimoramento da Lei de Cotas no Serviço público;
  - Maior presença de pessoas negras em cargos de alta gestão da história.

- Redução das vulnerabilidades das juventudes com o **Plano Juventude Negra Viva;**

- **Primeira política para Povos de Terreiro;**

- **Primeira política nacional para Povos Ciganos;**

- Adesões recordes ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);

- **Injúria Racial virou crime;**

- **Dia da Consciência Negra (20/11) é feriado nacional** em homenagem a Zumbi dos Palmares e à luta por liberdade;

- **Realização da V Conapir após 7 anos de ausência.**



# AVANÇOS

O **Ministério da Igualdade Racial (MIR)** é um símbolo de avanços nas políticas por igualdade e justiça social no Brasil.

Em **três anos** desde sua recriação, o MIR consolidou entregas concretas e simbólicas para a população negra brasileira, reafirmando o compromisso do Governo Federal com o enfrentamento ao racismo e a construção de um país verdadeiramente justo e democrático.

Com trabalho diário, diálogo permanente com os movimentos sociais e cooperação transversal com todo o Governo, o MIR transformou demandas históricas em políticas que chegam aos territórios, fortalecem vidas e reposicionam o povo negro no centro do desenvolvimento brasileiro.

Avançamos em áreas fundamentais como **educação, cultura, saúde, segurança pública, participação política, território, combate à fome, inclusão produtiva, justiça ambiental, memória e reparação, eixos que já impactam milhares de pessoas em todo o país.**

Este relatório apresenta as principais entregas, programas, investimentos e articulações nacionais e internacionais que marcaram este ciclo de profundas conquistas.

**Seguiremos juntas e juntos pelo Brasil da Igualdade Racial, um Brasil do lado do povo brasileiro.**



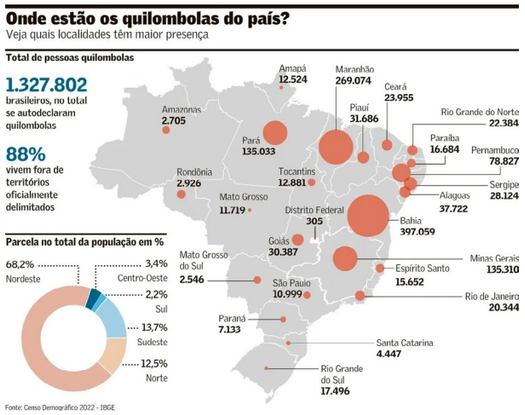
# TERRA PARA POVOS QUILOMBOLAS

## O BRASIL BATEU RECORDE: 60 DECRETOS DE TITULAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS EM UM ÚNICO CICLO DE GESTÃO.

**O Ministério da Igualdade Racial atua para consolidar a garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas,** assegurados pela Constituição Federal. Esse marco representa a virada institucional na política de regularização fundiária quilombola, com impactos concretos na segurança jurídica, na proteção dos territórios, no acesso a direitos e no fortalecimento da autonomia das comunidades.

## 72 MIL HECTARES DE TERRAS QUILOMBOLAS TITULADAS DESDE 2023








Segundo o **primeiro Censo Quilombola** realizado no Brasil, em 2022, **existem 8.441 localidades quilombolas no nosso país.** Assegurar o título de propriedade da terra às populações quilombolas que historicamente vivem nelas tornou-se prioridade estratégica do MIR.

Entre 2023 e 2025, em articulação com o **INCRA, MDA, Fundação Palmares** e outros entes, o Brasil viveu o maior avanço da história nessa agenda, com recorde de títulos e decretos de desapropriação, incluindo **28 atos assinados** em um único dia, em **20 de novembro de 2025, Dia da Consciência Negra.**

## 32 QUILOMBOS TITULADOS NA GESTÃO

Cada título entregue representa muito mais que do que um papel: é segurança jurídica, soberania, preservação da memória, autonomia econômica e proteção ambiental. **É reconhecimento.** Quando a titulação é concedida, a comunidade resgata com dignidade o valor ancestral do território, consegue planejar, produzir, cuidar e garantir a manutenção das tradições, unindo passado, presente e futuro.

A reparação territorial quilombola é, assim, uma política estruturante do **Ministério da Igualdade Racial: transforma a vida no cotidiano, garante dignidade e afirma que justiça social também se constrói com território.**

## + DE R$ 51 MILHÕES DESTINADOS À POLÍTICA PARA QUILOMBOLAS



## MAIS R$ 100 MILHÕES DE CRÉDITO PARA AS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS

**Para fomentar a produção, apoio à ações para mulheres, proteção ambiental, habitação.**

# AGENDA AMBIENTAL

**+ 109 MILHÕES INVESTIDOS PARA FORTALECER A AGENDA AMBIENTAL, PROTEGER TERRITÓRIOS NEGROS E PROMOVER JUSTIÇA CLIMÁTICA NO BRASIL.**

O Ministério da Igualdade Racial tem um **compromisso com a agenda ambiental.** Desde os **Diálogos Amazônicos,** em 2023, até as articulações preparatórias para a **COP 30,** um marco histórico foi alcançado: ***pela primeira vez, o termo afrodescendentes passou a constar nos documentos oficiais da maior conferência climática do mundo,*** resultado direto da atuação conjunta do Governo do Brasil com os movimentos sociais, consolidando o reconhecimento internacional das desigualdades raciais no campo climático.

Outro destaque foi a criação do **Comitê Nacional de Enfrentamento ao Racismo Ambiental e Climático,** instância dedicada a articular políticas públicas, produzir diretrizes e impulsionar ações educativas que enfrentem as desigualdades vivenciadas por populações negras, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Coordenado pelos **Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), da Igualdade Racial (MIR), do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e do Planejamento e Orçamento (MPO),** o Comitê reforça a governança compartilhada e a centralidade do enfrentamento ao racismo ambiental na política climática nacional.







## + DE R$ 34 MILHÕES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL AMBIENTAL QUILOMBOLA (PNGTAQ)

A PNGTAQ orienta a proteção, o uso sustentável e o manejo dos territórios quilombolas, garantindo que essas comunidades possam gerir seus espaços de forma autônoma, segura e alinhada aos seus modos de vida tradicionais. Ao estabelecer diretrizes para fortalecer a governança territorial, a política promove a conservação ambiental, assegura a regularização fundiária e apoia práticas produtivas sustentáveis, reconhecendo o protagonismo das comunidades quilombolas na proteção da sociobiodiversidade brasileira.







# POVOS DE TERREIRO E DE MATRIZ AFRICANA

## + DE R$ 15,7 MILHÕES DESTINADOS A POLÍTICAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA E POVOS DE TERREIRO

**A primeira política nacional voltada aos Povos de Terreiro** marca um significativo avanço no reconhecimento e na proteção das tradições de matriz africana no Brasil. Estruturada para garantir direitos, fortalecer a autonomia comunitária e enfrentar o racismo religioso, a política organiza ações intersetoriais que abrangem segurança, cultura, educação, territorialidade, saúde e promoção da liberdade religiosa.

Ao reconhecer os terreiros de matriz africana como espaços de cuidado, espiritualidade, memória e resistência, o Estado atua de forma coordenada para assegurar proteção, preservação e valorização desses territórios sagrados, respeitando sua centralidade histórica para a formação do país.

Entre as estratégias de enfrentamento ao racismo religioso, o **Plano de Ação 2025–2026** prevê a execução de **93 ações,** coordenadas por **11 ministérios,** reafirmando seu caráter intersetorial e transversal na promoção de políticas públicas estruturantes.

O investimento total estimado é de cerca de **R$ 95 milhões,** destinado à implementação de iniciativas que fortalecem o enfrentamento às desigualdades e às múltiplas formas de discriminação.

Entre as ações prioritárias, destaca-se a **capacitação de agentes da segurança pública para atuação em casos de racismo religioso,** com foco na qualificação do atendimento, na garantia de proteção às vítimas e na consolidação de práticas institucionais antirracistas.

No âmbito do **MIR,** está previsto um investimento de **R$ 10,2 milhões** para a execução de **13 ações estratégicas,** voltadas ao fortalecimento da agenda de direitos, à prevenção de violações e à promoção da liberdade religiosa em todo o território nacional.



**Principais ações:**

- Campanha Nacional de Promoção de Direitos, Informação e Valorização da Ancestralidade Africana no Brasil;
- Realização do Prêmio de Mestres e Mestras dos Povos de Terreiro;
- Ações de preservação do patrimônio cultural e das manifestações tradicionais desses povos;
- Formações para gestores e servidores públicos sobre os direitos das comunidades tradicionais de terreiro e de matriz africana;
- Ações de valorização da Infância de Terreiro, Educação no/do Terreiro, Educação Ambiental e Fortalecimento da Agroecologia de Terreiro;
- Iniciativas voltadas ao fortalecimento da economia de Terreiro e empreendedorismo de mulheres de Terreiro;
- Editais de fomento à cultura, à memória, aos sabores e às sabedorias.

### Guia de enfrentamento ao racismo religioso

O Guia de Enfrentamento ao Racismo Religioso é um instrumento estratégico do Ministério da Igualdade Racial para orientar gestores públicos, instituições e a sociedade no combate às violências e discriminações praticadas contra religiões de matriz africana.

O material sistematiza conceitos, marcos legais, fluxos de atendimento e boas práticas, fortalecendo a atuação do Estado na prevenção, denúncia e responsabilização de casos de racismo religioso. Ao reconhecer os terreiros como espaços de fé, cultura e cuidado, o Guia contribui para a proteção da liberdade religiosa, e a valorização da diversidade.



# POVOS CIGANOS

## + de 8,6 MILHÕES PARA O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA POVOS CIGANOS

**O Brasil é o segundo país do mundo a promover uma política pela dignidade e direitos dos povos ciganos.** Assegurar cidadania plena, fortalece a proteção cultural e o acesso equitativo a políticas públicas significa reconhecer a diversidade e a presença histórica dos povos ciganos no país.

Organizado em eixos como educação, saúde, documentação civil, participação social, cultura, trabalho e enfrentamento ao racismo, o plano orienta uma atuação intersetorial que respeita modos de vida, tradições e dinâmicas territoriais de grupos como **Calon, Rom** e **Sinti.** Dessa forma, impulsiona políticas específicas que promovem inclusão e valorizam a riqueza cultural cigana como parte fundamental da construção do Brasil.







# AÇÕES AFIRMATIVAS

**+ DE xxxxx MIL ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS INGRESSARAM NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS ATRAVÉS DAS COTAS EM 2025.**

Com a criação da **Lei de Cotas em 2012 e a renovação da política em 2024,** o Brasil consolidou um ciclo histórico de ações afirmativas como política de Estado e instrumento de reparação. Essas medidas transformaram o acesso da população negra à educação superior.

Uma das inovações trazidas pela atualização da **Lei de Cotas** raciais para acesso às universidades é a previsão de que os cotistas concorram primeiro na ampla concorrência. Isso faz com que um candidato que tenha nota suficiente para passar no sistema universal, entre nessa forma de concorrência e dê lugar para outra pessoa negra na reserva de vagas. É importante ressaltar que todos os candidatos selecionados são considerados aptos e passaram pela mesma prova e mesmos critérios de seleção.

Outras importantes previsões são o monitoramento da política a cada decênio; a inclusão de órgãos como o **Ministério da Igualdade Racial** como responsável por esse acompanhamento; a extensão das da política para a pós-graduação; e a inclusão de estudantes quilombolas.

**As ações afirmativas se consolidaram como uma das maiores revoluções educacionais da história recente do país.**








*Fonte: https://www.poder360.com.br/poder-educacao/matriculas-por-cotas-etnicas-em-universidades-subiram-266-em-11-anos/*




**AUMENTAMOS A RESERVA DE VAGAS DE 20% PARA 30% NOS CONCURSOS PÚBLICOS E INCLUÍMOS PELA PRIMEIRA VEZ QUILOMBOLAS E INDÍGENAS.**

Em 2025, o Governo do Brasil sancionou a lei de cotas no serviço público. Dentre os avanços trazidos pela **Lei nº 15.142** estão a ampliação do percentual de vagas reservadas de **20% para 30% e a inclusão de indígenas e quilombolas entre os beneficiários da política.**

O novo texto criou mecanismos para evitar o fracionamento de vagas e o descumprimento de critérios de alternância e proporcionalidade. A reserva de vagas vale para cursos, seleções públicas, cadastro de reserva e provimento das vagas que surjam durante a validade do certame, com acompanhamento da política pelos órgãos responsáveis pela gestão pública e pauta da igualdade racial.



A trajetória de aprovação da nova **Lei de Cotas** contou com intensa atuação do Ministério da Igualdade Racial, que coordenou o processo de articulação do Poder Executivo Federal, juntamente com parceiros ministeriais, presidenciais e a sociedade civil.

Economia / **Servidor Público**

## Nova lei de cotas amplia reserva de vagas para 30% e inclui indígenas e quilombolas

Legislação passa a valer também para seleções temporárias realizadas por órgãos da administração direta, autarquias e fundações

**Por Gustavo Silva — Rio de Janeiro**

03/06/2025 19h33 · Atualizado há 5 meses

*Fonte: https://extra.globo.com/economia/servidor-publico/coluna/2025/06/nova-lei-de-cotas-amplia-reserva-de-vagas-para-30percent-e-inclui-indigenas-e-quilombolas.ghtml*

**NA PRIMEIRA EDIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO (CPNU), AS PESSOAS NEGRAS REPRESENTARAM 24,5% DOS CANDIDATOS APROVADOS.**

Essa iniciativa se soma à renovação, em 2024, do **Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA) no Serviço Público,** elevando a presença de pessoas negras em cargos de liderança de **13% para 23%.** A presença das políticas públicas de promoção da igualdade racial se consolida também a partir da valorização da presença estruturante de servidores negros no Ministério da Igualdade Racial e em outros ministérios.

Para que a presença negra seja um diferencial no setor público, é preciso pensar planos de ação que incentivem a ascensão dos servidores negros aos espaços de decisão. Iniciativas como **o Lidera.Gov, de formação de gestores e líderes dentro do governo tem reserva de vagas para pessoas negras, quilombolas, ciganas e indígenas.** A partir disso, estruturam e concretizam as previsões do PFAA.



**38,61% DAS PESSOAS EXERCENDO CARGOS COMISSIONADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL SÃO PESSOAS NEGRAS.**

DIVERSIDADE

## Parcela de pretos, pardos e indígenas em cargo de liderança na gestão federal chega a 39%

Além da raça, o gênero também influencia em quão longe a liderança pode chegar, segundo o estudo Lideranças Negras no Estado Brasileiro

*Fonte: https://www.em.com.br/diversidade/2025/03/7095934-parcela-de-pretos-pardos-e-indigenas-em-cargo-de-lideranca-na-gestao-federal-chega-a-39.html#google_vignette*

**DESDE 2023, 18,78 MIL SERVIDORAS/ES FORAM CERTIFICADAS/DOS EM CURSOS OFERECIDOS PELO PROGRAMA DE FORMAÇÃO E INICIATIVA AINTIRRACISTA (FIAR)**

Parceria do MIR com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), tem como propósito central criar, executar e promover atividades e projetos de capacitação que desenvolvam competências para enfrentar as desigualdades raciais e promover a equidade no serviço público.

**Entre as principais linhas de ação do FIAR estão:**

- Formação inicial e continuada de pessoas que atuam no serviço público;
- Seleção e o desenvolvimento de lideranças negras para o setor público;
- Capacitação de gestores do SINAPIR;
- Ações afirmativas para servidores(as) negros(as);
- Apoio ao planejamento e à governança de ações de promoção da igualdade racial.

# EDUCAÇÃO PARA TRANSFORMAR

## + DE R$ 13 MIL PARA PRIMEIRA INFÂNCIA ANTIRRACISTA

A Primeira Infância Antirracista (PIA) é uma estratégia intersetorial coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial para promover o enfrentamento ao racismo desde os primeiros anos de vida, incorporando dimensões étnico-raciais nas políticas públicas voltadas aos serviços de saúde, educação, assistência e proteção dos direitos humanos respeitando os modos de vida e saberes das comunidades quilombolas, povos de terreiros e comunidades matriz africana.

Investimento de R$ 13.500,00 destinados à realização das oficinas de cocriação dos Cadernos Temáticos PIA Quilombola e PIA Terreiro.



## + DE R$ 8.900 MILHÕES PARA FORTALECIMENTO DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA NAS ESCOLAS (LEI 10.639/03)

O programa de intercâmbio educacional de curta duração, o "Caminhos Amefricanos", uma parceria é com Ministério da Educação (MEC) e com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), já contemplou países como Colômbia, Cabo Verde, Moçambique, Peru, Angola e Edição Brasil.

O programa é voltado a estudantes de licenciatura e docentes da educação básica e têm o objetivo de estimular e promover conhecimentos e experiências sobre a história e cultura africana. Para 2026, estão previstos intercâmbio para a República Dominicana, México, Panamá, Guiné-Bissau.

Mais de 350 pessoas são impactadas diretamente e o número indireto é ainda maior, pois cada docente e estudante que retornam qualificam seus estudos e aulas para que, cada vez mais, a educação contemple o ensino da história e da cultura afrobrasileiras em todas as escolas.










## R$ 700 MIL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE 6 AFROTECAS EM ÁREAS MAPEADAS PELA UFOPA EM SANTARÉM E COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO BAIXO AMAZONAS

Nosso governo reconhece e valoriza a história e a cultura afro-brasileira como pilares da formação do país e da identidade do povo brasileiro. Nesse contexto, destacam-se iniciativas educativas inovadoras desenvolvidas pelo Grupo Afroliq, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, voltadas ao fortalecimento das raízes negras e à promoção de práticas antirracistas no ambiente escolar. As ações incluem brincadeiras inclusivas e a produção de materiais didáticos em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que assegura o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos.








**O BRASIL ALCANÇOU A MARCA HISTÓRICA DE 4,1 MILHÕES DE UNIVERSITÁRIOS PRETOS NAS UNIVERSIDADES DO PAÍS.**

As cotas são essenciais não apenas para o ingresso de estudantes negros, mas para sua permanência. Assim, após o acesso às vagas de graduação e pós-graduação, são imperativas as ações afirmativas que permitem aos estudantes negros e quilombolas, por exemplo, se manterem durante seus cursos. Programas como as bolsas de pesquisa e formação oferecidas pelo CNPq incentivam essa permanência ao mesmo tempo em que oferecem a chance de maior especialização nas áreas dos estudantes, qualificando sua formação.



| Programa/ Política Pública | Indicador | Percentual de pessoas negras | Total |
|---|---|---|---|
| **ENEM** | Pessoas inscritas no exame | 54,44% | 4,43 milhões de inscritos |
| **SISU** | Vagas reservadas para ações afirmativas | 53,58% | 264,18 mil vagas (2024) |
| | Vagas reservadas pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2011) | 46,04% | — |
| | Vagas reservadas por ações afirmativas das próprias instituições | 7,55% | — |
| **Bolsa Permanência** | Estudantes beneficiados (negras ou quilombolas | 48,63% | 29,02 mil estudantes/mês |
| **PROUNI** | Pessoas com bolsa ativa no ano | 57,59% | 512,71 mil bolsistas |
| | Pessoas com novas bolsas no ano | 57,05% | 170,92 mil novos bolsistas |
| | Pessoas formadas no ano com bolsa do programa | 57,91% | 88,23 mil formados |
| **FIES** | Novos contratos celebrados no ano | 59,77% | 43,85 mil novos contratos |
| **CNPQ** | Bolsa de pesquisa e formação do CNPq | 33,40% | 97,2 mil bolsas CNPq ocupadas ou concedidas |



## + DE R$ 57 MILHÕES DESTINADOS À EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. O RECURSO CONTEMPLA 16,60 MIL ESCOLAS, DAS QUAIS 685 SÃO QUILOMBOLAS.

### Selo Petronilha

A igualdade racial, como política efetiva de mudança da sociedade, precisa ser estruturante. Dessa forma, iniciativas como o selo **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva de Educação para as Relações Étnico-raciais,** que reconhecem secretarias de educação comprometidas com a implementação da **Lei 10.639/2003,** posteriormente atualizada pela **Lei 11.645/2008.**

Em 2025, tivemos a primeira edição do Selo, em que **436 secretarias de educação** foram agraciadas por demonstrar compromisso efetivo com a implementação de políticas educacionais voltadas à equidade racial e quilombola.

**O Selo é integrado à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).**

## + DE R$ 680 MIL

### Programa ALARI/ Harvard – Formação Antirracista de Servidores Públicos

Programa internacional de formação antirracista voltado a servidoras e servidores públicos brasileiros, realizado em parceria com o **Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas (ALARI), da Universidade de Harvard.** A iniciativa articula cooperação acadêmica internacional de alto nível com a agenda estratégica de transformação institucional do Estado brasileiro.

- Servidoras e servidores da Administração Pública Federal;
- Empregadas e empregados de empresas estatais estratégicas;
- Cerca de **400 servidoras e servidores públicos capacitados** desde o início da parceria;
- Em 2025, **cerca de 200 pessoas concluíram o curso — 83,5% das matrículas,** um recorde em relação às turmas regulares do programa internacional. Destas, 60% são mulheres e 48% pessoas negras, sendo 29% mulheres negras.
- Participação inédita dos Correios, com **39 empregadas e empregados formados** de todas as regiões do país



## + DE 17 MIL INSCRIÇÕES, DESEMPENHO 1.200% SUPERIOR À MÉDIA HISTÓRICA COMPROVA DEMANDA NACIONAL POR CAPACITAÇÃO ANTIRRACISTA NO SETOR PÚBLICO

Lançado em junho pelo Governo Federal, o curso **Letramento Racial Aplicado ao Setor Público** registrou quase **17.500 inscrições** até o fim de agosto, superando em mais de **1.200%** a média histórica de formações semelhantes. Desenvolvido em parceria entre o **Ministério da Igualdade Racial (MIR),** o **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)** e a **Enap**, a iniciativa já emitiu **quase 6 mil certificados, sendo mais de 4.500 para servidores públicos.** Com participação de todos os estados brasileiros e alcance internacional, o curso permanece disponível gratuitamente na **Escola Virtual de Governo (EV.G),** consolidando-se como estratégia permanente de formação antirracista no setor público.

### Cursos de Heteroidentificação Racial

A **Diretoria de Políticas de Ações Afirmativas (DPA)** investiu na formação sobre heteroidentificação racial, fortalecendo a qualificação técnica de comissões e equipes responsáveis pela implementação de políticas de ações afirmativas em diferentes órgãos da Administração Pública Federal e Estadual. As formações foram realizadas no **Ministério da Igualdade Racial (2 turmas), no Instituto Rio Branco (1 turma), nos Correios (3 turmas), na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – ApexBrasil (1 turma)** e na Agência Nacional de Aviação Civil – Anac (1 turma). Além disso, foram promovidas palestras sobre a temática para a Associação do CNPq, Ebserh, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPE-MG) e Defensoria Pública do Paraná (DP-PR), ampliando a disseminação de práticas qualificadas, transparentes e comprometidas com a efetividade das políticas de igualdade racial.



# JUVENTUDE NEGRA VIVA

## 850 MILHÕES PARA POLÍTICAS PELA VIDA E BEM-VIVER DA JUVENTUDE NEGRA

O **Plano Juventude Negra Viva (PJNV)** consolida a atuação do Estado brasileiro na proteção da vida da juventude negra, reconhecendo que a política de igualdade racial precisa enfrentar diretamente as desigualdades que mais impactam esse grupo. Estruturado de forma interministerial, o Plano articula ações em segurança pública, educação, cultura, trabalho, esporte, direitos humanos e desenvolvimento social, garantindo que jovens negros tenham acesso a oportunidades, proteção e políticas de promoção da vida. Sua implementação marca a retomada de uma estratégia nacional contra a violência letal e pela expansão das trajetórias de futuro.

## 11 EIXOS DE ATUAÇÃO E 217 AÇÕES PACTUADAS ENTRE 18 MINISTÉRIOS

A política também se apoia em mecanismos de participação social, com jovens atuando diretamente na construção, monitoramento e avaliação das ações. Essa escuta ativa garante que o **Plano Juventude Negra Viva** responda às demandas reais das periferias urbanas e dos territórios tradicionais. Ao integrar prevenção, oportunidade e cuidado, o Plano estabelece uma resposta estruturante para garantir que jovens negros vivam e possam projetar futuros possíveis.

## JÁ SÃO 33 MUNICÍPIOS E 15 ESTADOS QUE ADERIRAM PJNV

Em parceria com o **UNFPA** e a **ABC/MRE,** avançamos na implementação do **Plano Juventude Negra Viva** com a seleção de **54 Agentes Territoriais responsáveis pela articulação política nos estados,** apoio à adesão de entes federados, elaboração de Planos Executivos e mobilização de juventudes e movimentos sociais, assegurando capilaridade e territorialização das ações.



Mapeamento de Estados que aderiram ao Plano Juventude Negra Viva.








# SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

## 322 ADESÕES AO SINAPIR

O **Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)** constitui um instrumento estratégico de organização, coordenação e articulação federativa para a implementação integrada de políticas públicas e serviços voltados à promoção da equidade racial em todo o território nacional. Sua atuação fortalece o pacto federativo ao estimular a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios, ampliando a capacidade de incidência das ações de igualdade racial nos territórios.

A adesão dos entes federados é condição fundamental para a operacionalização do **SINAPIR,** permitindo a atuação conjunta na formulação e execução das políticas e potencializando seus resultados. Em 2025, todas as **27 Unidades da Federação** aderiram ao Sistema, assegurando acesso prioritário às iniciativas do Governo Federal. Esse processo foi acompanhado de investimentos na estruturação das instâncias estaduais e municipais de igualdade racial, com a aquisição de veículos, equipamentos e mobiliário, fortalecendo as capacidades institucionais locais e ampliando a efetividade das políticas públicas de promoção da igualdade racial.



Mapeamento de Estados e Municípios que aderiram ao SINAPIR.










**Fortalecimento do sistema SINAPIR com a Seleção de 100 Agentes Territoriais**

**Ampliação da presença** institucional do SINAPIR nos territórios e **qualificação da execução** das políticas de promoção da igualdade racial.

Lançamos **dois editais nacionais para a seleção de Agentes Territoriais de Promoção da Igualdade Racial** (Total: R$5 milhões) destinados à formação, bolsas e execução das atividades territoriais.

**Consolidar uma rede nacional de agentes** capazes de atuar em territórios vulnerabilizados, integrando políticas públicas e fortalecendo a participação social.

**R$ 63 MILHÕES PARA FORTALECER A IDENTIDADE E CULTURA NEGRA NO BRASIL.**

## Rotas negras

O **Programa Rotas Negras** marca um passo decisivo na agenda de inclusão produtiva com foco no afroturismo. Ele nasce com o objetivo de promover e valorizar a história, a memória e a cultura afro-brasileira por meio da criação de roteiros turísticos envolvendo os entes federados aderentes ao **Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR/MIR)** e ao **Mapa do Turismo (MTur).** Fomentando o turismo relacionado à cultura negra, impulsionar o desenvolvimento econômico, gerar renda e ampliar oportunidades para comunidades e territórios negros em todo o país, fortalecendo a oferta de serviços turísticos que reflitam a diversidade das experiências do povo negro no Brasil.

As rotas turísticas propostas pelo Programa representam uma oportunidade de divulgar o patrimônio histórico, cultural e artístico das comunidades negras, conectando territórios quilombolas, terreiros, quadras de escolas de samba, centros culturais e marcos da memória afro-brasileira. Embora a **população negra represente 55,5% do Brasil** (IBGE/2023), ela segue sub-representada no setor turístico, tanto na oferta de serviços, quanto na presença em produtos, campanhas e no acesso ao consumo turístico. O **Rotas Negras** enfrenta essa lacuna ao reconhecer que a história do Brasil é profundamente marcada pelas contribuições das populações negras, frequentemente invisibilizadas ou minimizadas, e que seu protagonismo deve orientar a criação de novos roteiros e narrativas turísticas.

## ODS 18

O **ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial** consolida o compromisso do Estado brasileiro com a incorporação do enfrentamento ao racismo como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável, reconhecendo que não há justiça social, democracia nem prosperidade sem igualdade racial. Sua construção resulta de uma ampla articulação entre o Ministério da Igualdade Racial e parceiros estratégicos como a **Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB),** além de organizações da sociedade civil e organismos internacionais.






## Próximos passos ODS 18

O Ministério avançará na elaboração de estratégias de territorialização do **ODS 18,** com apoio direto a organizações da sociedade civil, estados e municípios, fortalecendo capacidades locais para a implementação, monitoramento e avaliação das metas, assegurando que o **ODS 18** se traduza em ações concretas nos territórios e na vida da população negra em todo o país.






# PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social é um dos pilares da política de igualdade racial no Brasil. Desde o início da gestão, o Ministério da Igualdade Racial retomou com força os espaços de escuta, construção coletiva e democracia participativa, fortalecendo a relação do Estado com os movimentos negros, organizações da sociedade civil e lideranças de todo o país. A reconstrução dessa institucionalidade era fundamental após anos de desmontes e enfraquecimento dos instrumentos de participação.

Entre os dias 15 e 19 de setembro de 2025, o MIR realizou junto com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em Brasília, a **V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (V CONAPIR),** coroando um amplo processo nacional de mobilização.

A Conferência reuniu representantes de todos os estados e aprovou propostas estruturantes para orientar as políticas públicas de igualdade racial nos próximos anos.



Etapas da CONAPIR pelo Brasil (municipais, estaduais, livres, temáticas)

**DADOS DE IMPACTO DA V CONAPIR**

- 2.000 participantes presenciais;
- 45 propostas aprovadas;
- 15 mil pessoas mobilizadas em todo o processo nacional.

## 300 MIL MULHERES NEGRAS EM MARCHA PELO BEM-VIVER

Dez anos após a maior mobilização de mulheres negras da história do país, o Brasil voltou a ser tomado pela força ancestral do povo negro com a realização da **2ª Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver,** em 25 de novembro de 2025, em Brasília. A Marcha reafirmou o protagonismo político das mulheres negras na luta por direitos, justiça social, enfrentamento ao racismo e construção de um projeto de futuro com dignidade.

Para garantir a presença de mulheres de diferentes territórios, o Ministério da Igualdade Racial articulou apoio institucional direto, assegurando estrutura, deslocamento e condições reais de participação. A ocupação de Brasília pelas mulheres negras foi resultado de planejamento, compromisso político e investimento público.







# A LUTA CONTINUA!

O **ano de 2026** será de encerramento deste ciclo de gestão e terá as marcas tanto do aprofundamento das ações como pela continuidade das políticas que apresentamos neste relatório.

Vamos levar cada ação ainda mais longe e garantindo que seus impactos cheguem à vida de quem mais precisa. Seguiremos atuando com compromisso, diálogo e articulação federativa, fortalecendo parcerias e ampliando a presença do Estado na promoção da igualdade racial.

Vamos sempre em frente, coletivamente com a certeza de fazer avançar a nossa honrosa missão de promover mais dignidade para o povo negro e para as comunidades tradicionais em todo o país.

Continue conosco e acompanhe os próximos passos.



**CRÉDITOS DE FOTOGRAFIA**

Caetano Manenti
Edson Holanda
Fábio Rodrigues – Agência Brasil
Ludmila Elage
Luis Gustavo Prado
Marcelo Camargo – Agência Brasil
Thayane Alves
Thaylyson Lwys
Thiago Sousa



MINISTÉRIO DA
**IGUALDADE RACIAL**

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO